

Os relatos portugueses e o lugar dos nativos durante a criação e conquista da Capitania Real da Paraíba

Gersonilson Honorato da Silva Junior¹

O presente artigo é parte de um trabalho monográfico para conclusão do curso em História na Universidade Estadual da Paraíba. Desta forma, tentarei sintetizar em algumas páginas, esta discussão sobre os contatos e relacionamentos entre portugueses e nativos na conquista, utilizando-me principalmente, do Sumário das Armadas², texto escrito por autor desconhecido, mas datado aproximadamente do final do século XVI (mediante informações que apontam ter o livro sido escrito no reinado de Filipe de Castela, sendo ouvidor-geral do Brasil e licenciado Martim Leitão). Poderemos analisar o “como” os portugueses viram os nativos da região do rio Paraíba e conjecturar o “por que” desta visão. Para isto, proponho um pequeno retrocesso, uma breve contextualização do período entre o chamado “descobrimento do Brasil” à chamada “conquista” da Paraíba (1585).

O avanço marítimo português em direção à Ásia ganhou um ímpeto considerável perto do fim do século XV quando Vasco da Gama finalmente chegou à Índia em 1498, abriu-se o caminho para o comércio com o Oriente pela circunavegação da África. Uma segunda expedição partiu para a Índia em 1500 sob o comando de Pedro Álvares Cabral. Na viagem, ao se distanciar do corcova da África ocidental, Cabral chegou a uma costa desconhecida. Fez-se contato com os habitantes locais, houve um pouco de comércio e exploração da terra e então o secretário da frota redigiu um relatório que Cabral enviou a Lisboa enquanto ele e as outras (...) prosseguiram para a Índia. Cabral chamou sua descoberta de “Terra de Santa Cruz”, nome logo foi substituído na prática por “Brasil” por causa da abundância de pés de pau-brasil que crescia ao longo da costa. (SCHWARTZ e LOCKHART, 219)

¹ Graduado em história na UEPB Campina grande

² O volume que inicialmente tinha o título de “Sumário das armadas que se fizerão, e guerras que se derão na conquista do rio Parahiba, escripto e feito por mandado do muito reverendo padre em Christo o padre Christovão de Gouvêa, visitador da Companhia de Jesus de toda a provincia do Brasil”, nesta versão que utilizo este foi intitulado de “História da Conquista da Paraíba”, edição feita em 2006 pela editora do Senado federal.

Na época Portugal voltava toda sua atenção as suas colônias na África e ao comércio com a Ásia. O Brasil ficou em segundo plano até a década de 1530. Neste primeiro período as ações portuguesas e francesas no Brasil se resumia a, principalmente, extração de pau-brasil. A falta de metais preciosos e outras fontes de riquezas não despertaram o interesse lusitano em ocupar as novas terras. Não encontraram, a princípio, ouro ou prata, mas encontraram algo mais valioso ao qual não deram nenhuma importância; uma cultura nova, “diferente”, o “Outro”. Para o historiador Tzvetan Todorov o Outro assumi também o sentido de um grupo social concreto ao qual nós não pertencemos “(TODOROV, 2003, p.3) Uma outra sociedade, “estrangeiros cuja língua e costumes não compreendo, tão estranhos que chego a hesitar em reconhecer que pertencemos a uma mesma espécie” (idem, ibidem, p4). O descobrimento do Brasil pode ser visto como o descobrimento do “Outro”. O encontro de dois universos culturais³, dois mundos que acabaram por entrar em conflito. E dos quais nos restaram apenas os relatos de um lado dessa história. Na impossibilidade de trabalharmos com os relatos dos nativos acerca dos brancos, e suas representações⁴, trabalharemos os relatos proferidos pelos europeus, suas representações e interesses em relação aos nativos.

É comum encontrarmos em livros de história que tratam sobre o período colonial brasileiro descrições que classificam este primeiro momento (anterior à política de ocupação e povoamento) como um período pacífico e amistoso entre europeus e nativos. Iremos abrir um pequeno parêntese aqui. Amistosos? Nem tanto, pacíficos no sentido de que os etnocídios seriam cometidos mais a frente na história. Mas senão houve lutas no plano físico, no plano das representações estas lutas foram intensas e repercutiram por longo tempo.

Ao analisar a carta de Pero Vaz de Caminha, o historiador Guillermo Giucci aponta para esse caráter “amistoso” dos primeiros contatos “.... o caráter pacífico e transitório do contato mascara um processo profundo, ainda que incipiente, de redução do nativo americano por parte do viajante europeu a um objeto de trabalho, informação e conversão.”(GIUCCI, 1990, p.47)

O nativo é visto e enquadrado no universo cultural português. Nesses contatos, estes passam a serem descritos através da ótica lusitana. os portugueses buscam em seu mundo

³ Utilizo o termo universo cultural para representar a pluralidade de culturas inerentes tanto aos portugueses quanto as sociedades nativas brasileiras.

⁴ Para o historiador francês Roger Chartier as representações do mundo social podem ser entendidas como as formas e os motivos, implícitos no discurso proferido, que demonstram os interesses e as posições daqueles que o proferem; “descrevem a sociedade tal como pensam que ela é, ou como gostariam que fosse...”⁴. Chartier define como sendo o objetivo central de sua teoria “identificar o modo como em diferentes lugares e momentos uma determinada realidade social é construída, pensada, dada a ler.” (CHARTIEUR,s/d ,P.19)

conhecido, as chaves para decifrar o novo mundo descoberto. Dessa forma, podemos observar mediante o seu contato com o “Outro” – o nativo- os portugueses produziram representações destas sociedades, que implicarão em práticas sociais⁵ no decorrer da colonização .

Giucci nos diz que, no decorrer dos primeiros contatos, “o retraimento imprevisível dos indígenas entronca com uma conduta deficitária: o desconhecimento da disciplina” (GIUCCI, op.cit. P.50). Ainda nas palavras do autor: “Disciplinar o rebelde será a missão do colonizador”. (Idem, ibidem.). Ver e apropriar-se é prática comum nos descobrimentos. Enquadrados dentro da natureza, exótica encontrada, os nativos passam a ser também de propriedade da coroa portuguesa. Legitimados pelos Papas Nicolau V (Romanos pontifex 08-03-1955) e por Calisto III (inter coetera 13-03-1456) a coroa portuguesa se achava no direito (ou obrigação) de catequizar, “submeter” e converter” povos não cristãos, determinando para Portugal a “jurisdição espiritual sobre todas as regiões conquistadas...” (Gonçalves, 2007, p.52). Mas neste primeiro momento o único interesse Português era a extração e o comércio do pau-brasil, o que era realizado esporadicamente, sem a necessidade de ocupação da terra. Neste período, chamado de escambo, portugueses e franceses se detinha a trocar com os nativos alguns objetos pela extração da madeira. Nesta relação de trocas, comumente tratada como a troca de bugigangas pelo valioso pau-brasil, reflete o domínio de uma visão eurocêntrica da história colonial brasileira. Para analisar melhor este sistema de trocas, vamos observá-lo dos dois lados.

Na Europa do século XV e XVI o corante proporcionado pelo pau-brasil era muito apreciado, mesmo antes da “descoberta” do Brasil, esta madeira só era extraída de algumas regiões africanas. A alta procura pelo tom do corante produzido pelo pau-brasil o tornava um material precioso. O que por si só, não atribui este valor ao pau-brasil em si. Ela é antes, fruto de uma conjuntura, de um momento no tempo e espaço. O valor atribuído ao pau-brasil fruto do universo cultural vivido pela Europa neste período. Fora deste contexto, não podemos considerá-lo da mesma forma.

Para Chartieur as representações do mundo social são sempre determinadas pelos interesses dos grupos que as forjaram. (CHARTIEUR, Op.cit p.17). Valioso para os portugueses que obtinham lucro com ele, para os nativos o pau-brasil não assumia essa

⁵ Segundo Chartieur o conceito de representações se articula em três modalidades com o mundo social, “em primeiro lugar, o trabalho de classificação e de delimitação que produz as configurações intelectuais múltiplas através das quais a realidade é contraditoriamente construída pelos diferentes grupos; seguidamente as práticas que visam fazer reconhecer uma identidade social, exibir uma maneira própria de estar no mundo, significar simbolicamente um estatuto e uma posição, por fim, as formas institucionalizadas e objetivadas garças as quais uns <<representantes>> marcam de forma visível e perpetuam a existência do grupo, da classe ou da comunidade. (p.23)

característica. Segundo Laima Mesgravis” o índio só tinha propriedade pessoal de suas armas e enfeites e partilhavam, o todo resto. Principalmente os produtos de caça e pesca e coleta (MESGRAVIS,1989,p.28). Um outro universo cultural no qual os luxos da corte , as roupas ou o lucro do comercio não faziam o menor sentido.O pau-brasil, abundante na região sem muita serventia para os nativos , podia ser facilmente trocado pelos utensílios desconhecidos e inovadores trazidos pelos portugueses .facas, espelhos, espelhos, roupas...Posteriormente, armas.os nativos se defrontavam com o novo e desconhecendo a metalurgia, os instrumento como facas e machados facilitavam bastante as suas vidas. È o que afirma Maestri;

Os brasis desconheciam a metalurgia, a do ferro. As ferramentas europeias ajudavam muito na dura luta que tratavam com a natureza.Em troca das toras de pau-brasil, obtinham mechados, cunhas, foices, podadeiras, facas, enxadas, anzóis, tesouras, pentes, tecidos, instrumentos estes que aumentavam e facilitavam a produção nativa de bens de subsistência e, assim, melhoravam a vida dessas populações.(MAESTRI, 1992, p.21)

Colocar o escambo apenas como a troca de bugigangas por pau-brasil é analisá-lo apenas pelos códigos valorativos dos europeus, para os quais os objetos oferecidos não tinham valor, e o objeto recebido proporcionava lucros altíssimos. desta forma, , podemos entender que, desde os primeiros contatos , os nativos são vistos , avaliados e classificados através da ótica eurocêntrica.

Até a década de 1530 os portugueses não objetivavam ocupar e povoar a terra. Mais pragmáticos que os espanhóis (MESGRAVIS, op. cit p.10) não interferiram diretamente na vida dos nativos .Até que , a partir de 1530, a terra passa a ser de interesse do lusitano.⁶ O nativo passa então , a ser u empecilho, um obstáculo objetivos portugueses.Os conflitos passam então a ser constantes, tornando-se um dos principais fatores para o abandono de algumas capitânicas hereditárias⁷ como é o caso da capitania de Itamaracá.

As relações começam a mudar na medida em que os interesses portugueses passam a ser ocupar a terra e utilizar o nativo como mão-de-obra para as suas plantações de cana. Não acostumados ao trabalho abusivo instaurado pelos colonizadores, se revoltaram contra ele.

⁶ A constante ameaça francesa , que já mantinha relações d comércio com algumas comunidades nativas , e o declínio do comércio com o Oriente, levaram Portugal a se decidir por buscar na sua colônia americana , a saída para seus problemas financeiros.Mais para aprofundar a discussão ver SCHWARTZ, Stuart B., LOCKHART James.A América Latina na época colonial.p;220,221

⁷ Não nos deteremos a explicar e estender a discussão sobre o assunto, podendo ser este encontrado em maiores detalhes no livro citado anteriormente. SCHWARTZ e LOCKHART,

Acabaram recebendo o estigma de preguiçosos, quando , na verdade, estavam lutando para se verem livres de uma imposição lusitana que não fazia nenhum sentido para a cultura nativa. Estes viviam da natureza, produziam para subsistir.O trabalho compulsório trazido pelos portugueses representa uma violência praticada para com os indígenas.

Mesmo implantado o sistema colonial, a extração do pau-brasil continuou. E com ela permanecia as trocas entre nativos e europeus. Cada vez mais os nativos buscavam trocar seu trabalho, extrair e preparar o pau-brasil, por armas. O que, segunda Regina Célia Gonçalves era motivo de conflitos de interesses entre os colonizadores e os encarregados do comércio do pau-brasil (GONÇALVES, 2007, p.56-57). Como foi dito o sucesso das capitanias dependia do nível de relacionamento entre os colonos e nativos. Segundo a mesma autora, o progresso obtido nas capitanias de Pernambuco se via ameaçado pelo abandono que se encontrava a sua vizinha, Itamaracá. Seu donatário , nem se quer veio ao Brasil.A terra ficou sendo ocupada por nativos potiguares.Duarte Coelho, donatário da capitania de Pernambuco, vivia a prestar queixas à coroa portuguesa de ataques sofridos por suas terras feitos pelos potiguares de Itamaracá.Além de reclamar a insubordinação dos nativos que cada vez mais se rebelavam contra o trabalho nas lavouras de cana.

INSTITUIÇÃO DA CAPITANIA REAL DA PARAÍBA.

Em Itamaracá, os franceses comercializavam livremente com os potiguares, fornecendo armas para estes e incentivando-os a se rebelarem contra os portugueses. Os franceses, (...) na língua nativa, se mantinha naquele primeiro estado apresentado, buscavam do nativo apenas o pau-brasil, oferecendo em troca utensílios e armas desejadas por eles.os portugueses , em sua política de ocupação e povoamento, exigiam agora dos nativos um maior ritmo. De trabalho e apreensão de novas técnicas desconhecidas de sua cultura. Na impossibilidade de dispor de capital para a compra de escravos trazidos da África, os colonos obrigavam os nativos a realizarem as tarefas referentes ao cultivo da cana de açúcar (SCHWARTZ e LOCKHART, p.234). Aqueles nativos que se opunham ao projeto colonizador português era considerados inimigos os que não proporcionavam obstáculos ou prestavam auxílio eram denominados índios amigos. Esta dinâmica de nativos ou inimigos também irá variar de acordo com os interesses portugueses.

A princípio, a região que corresponde hoje a Paraíba, fazia parte da capitania de Itamaracá, que fazia fronteira com o rio Santa cruz até a Baía da traição. Com os constantes conflitos ocorrendo na capitania vizinha (Pernambuco) e a presença francesa no rio Paraíba, a

coroa portuguesa decide desmembrar a região de Itamaracá. É criada a Capitania Real da Paraíba, “por decreto Real datado de 1574, redefinindo-se os seus limites ao sul pelo rio Abiaí e mantendo-se os seus limites ao norte nas cercanias da mesma Baía da Traição”.

Chegamos então ao objetivo primeiro deste trabalho: a conquista e ocupação da Paraíba e suas representações sociais dos nativos. A história da conquista, suas batalhas em detalhes pode ser vista na obra *Guerra e Açúcares: Política e economia na capitania da Paraíba. 1585-1650*, da autora Regina Célia Gonçalves. Assim como no próprio sumário das Armadas, não me determos a descrevê-las, focalizaremos apenas nas representações produzidas e/ou apropriadas nas decorrer desta “conquista” e ocupação do território paraibano.

É importante ressaltar que, o relacionamento entre colonos e nativos era um dos fatores essenciais para o sucesso ou fracasso do projeto colonizador. As práticas de aldeamento e conversão dos nativos surgiram como uma forma de “domesticar” estas sociedades, introjetando em seu universo cultural os valores e normas lusitanas. Os nativos que não se enquadravam no mundo português (em termos de submissão e domínio) eram decretados como inimigos. Semelhante as práticas utilizadas na África, os portugueses, aqui no Brasil, também procurava utilizar das rixas antigas entre as tribos para colocá-las uma contra as outras, facilitando assim a vitória.

A importância da conquista é expressa num anseio de desenvolvimento desta Capitania, e da importância do domínio desta, como ponto de partida para a ocupação das demais Capitânicas do norte.⁸ Os nativos passam a ser um empecilho, não aceitando mais as formas de trabalho imposta pelos portugueses. Sobre este assunto o autor do sumário das armadas aponta os maus tratos dos portugueses como o principal fator destas rebeliões:

(a revolta dos potiguares) deve-se à carniça com que se dobravam as opressões destas duas capitânicas (Itamaracá e Pernambuco) que, parece pela malícia dos moradores delas, incorreram o juízo de Deus, provocando aos índios a rompimentos com o mau tratamento e respostas que a seus serviços davam (...) e com os cativeiros (...) que lhes davam; porque no tempo das pazes eram estes petiguares o melhor gentio desta terra e costa. (...) esta tirania, tão impiamente ousado no Brasil, estragou, assolou e danou tudo....(ANÔNIMO, 2006, P.28.)

⁸ As fronteiras efetivas dos domínios portugueses na América se dilatam, com a expansão, na seqüência, para o Rio Grande do norte, Ceará, Maranhão e Pará. O território paraibano, inclusive, serviria de base logística para as iniciativas de penetração rumo à área setentrional do Brasil....(SILVEIRA, 1999, P.21.)

No tempo das pazes os potiguaras eram o considerado o melhor gentio desta terra. Da mesma forma, que os tapuias, nativos que habitavam no interior, eram tido como pacífico e domésticos, visto que o projeto português visava apenas a ocupação do litoral por ser propício a agromanufatura açucareira. Os habitantes do interior até então não apresentavam nenhum obstáculo. Enquanto que os potiguaras eram vistos como aliados dos franceses e inimigos de Portugal.

Retorno à palavra de Giucci quando ele afirma que os nativos passam a ser reduzidos a um objeto de trabalho, informação e conversão. Quando o autor do Sumário das Armadas saem em defesa dos nativos ele expressa o discurso jesuítico no qual o nativo devia ser convertido a fé cristã, e não escravizado. “Em certo sentido, os jesuítas desejavam criar uma categoria de índios camponeses, em vez da escravidão que os colonos preferiam” (SCHWARTZ e LOCKHART,, p.235.).

A partir de 1560 os jesuítas implantaram uma nova forma de conversão, em vés de converterem os nativos nas suas aldeias originais, implantavam aldeias jesuítas próximas das cidades, levando os nativos a habitarem em aldeias reguladas pelo poder dos religiosos, sofrendo maior influência dos valores europeus. Este discurso religioso se expressa na análise que o autor anônimo do Sumário faz das comunidades potiguaras:

(faltam) na própria língua dos brasis 3 letras principais (e da maior significação que temos; e a saber F,L,R), cuja falta nos mostra faltarem-lhes a eles três fundamentos, em que o gênero humana se sustenta, e norte porque se governa que são Fé, Lei, Rei...(ANÔNIMO,op. Cit.,p;26).

E sobre a religião dos nativos o autor nos diz que “São mui dados a feitiços; e o feiticeiro (que há em cada aldeia) é o seu oráculo.Tem muita comunicação com o demônio, e acontecem-lhe com eles muitas cousas muito graciosas e às vezes, espantosas.” (Idem, p.24)

Não podemos esquecer que a catequese dos pagãos também eram os objetivos do projeto colonial, através do discurso religioso os nativos foram vistos como selvagens, idolatras, e em sua inocência, “que neles esta corrupta e danada”, adoravam ao demônio. Os portugueses como bons cristãos deveria salvar-lhes as almas. No discurso dos colonizadores o nativo era mão-de-obra:

No século XVI , a palavra ' índio' foi substituído muitas vezes por termos como gentio e negro da terra (negro nativo) . Os dois termos refletiam a percepção que os portugueses tinham dos índios, e como 'negro' já era uma palavra fortemente associada a 'escravo' no vocabulário português (SCHWARTZ e LOCKHART, op. cit. P.236).

No Sumário encontramos o uso de várias expressões, “gentios”, “índios” “negros pitiguaras”...mas o sentido pejorativo permeia a maioria das descrições portuguesas. Reconhecer o Outro como inferior , selvagem, pagão, legitimavam , de certa forma, as práticas portuguesas. A Europa era tida como o centro do mundo, o ápice da cultura e civilização. Impor ao “Outro” um status de inferioridade e desordem , criando assim” uma realidade social” desnorteado, sem religião ou governo, os portugueses camuflam seu discurso de dominação e poder e ter de conversão e controle. Desta forma, os dois discursos , religioso e o colonizador, constroem sentido e percepções acerca das sociedades nativas que resultaram em práticas sociais como a escravidão e o extermínio.

É gente (os potiguaras) que sempre, se tem vagar, come como brutos; e nisto, e em suas sujidades ou desonestidade, entendem somente como não andam em guerras, por que se dão pouco ao trabalho, e naturalmente são folgazões, como o são todas as outras nações fora da nossa Europa. (ANÔNIMO, op.cit. P.25)

Terra edenizada e natureza demoníaca ⁹ Também perpassam na narrativa sobre a Paraíba as representações sociais construídas ao longo do processo colonial, determinaram para o nativo um lugar de inferioridade e menosprezo. À medida que estes não eram mais úteis aos portugueses suas vidas podiam ser descartadas . A natureza não, essa era uma dádiva divina, pois proporcionava aos portugueses a riqueza almejada.

As guerras de conquista do território paraibano se estenderam por longo onze anos. Os potiguaras resistiram bravamente, sendo sua bravura e valentia bastante elogiada pelo autor do Sumário:

Por ficarem os imigos [nativos potiguaras] vitoriosos , molestavam de continuo o forte (porque esta nação de gentio, vitoriosos, não há quem a sofra; são esforçados de sua pessoa mais que de todos os outros e tão ousados que não temem morrer, porque tudo entre eles é opinião de valentes); e só os detinham não levarem a fortaleza nas unhas a fúria de artilharia , que , cruamente, achando-os em descoberto, os despedaçava(Idem, ibidem, p.43.)

⁹ Para mais detalhes ver ; SOUSA, Laura de Melo O Diabo na Terra de Santa Cruz: Feitiçaria e religiosidade popular no Brasil colonial.. São Paulo; Cia. das Letras. 1986

A partir do momento em que o autor passa a narrar as guerras com os potiguaras, estes passam a ser na maioria das vezes descrito como “o inimigo”, índios passa a ser utilizado quando se tratam de nativos aliados. Presença comum nas tropas que lutaram na “conquista da Paraíba”, os índios forros faziam parte da população que foi submetida aos aldeamentos jesuítas ou aos trabalhos nos engenhos de açúcar. Mas o fator decisivo pára a vitória portuguesa foi , sem dúvida, o apoio dos tabajaras.

Os Tabajaras, nativos vindos da região do rio São Francisco (Gurjão, 2004, p.20), já havia, em tempos passados, feito acordo com os portugueses. Mas entrando em conflito com esses fugiram, chegando a região do Rio Paraíba em meados de fevereiro de 1585. A principio lutaram lado a lado com os potiguares, mas os portugueses tentaram arrastar-lhes de novo para seu lado:

(...) por se entender ser da gente de Braço-de-Peixe (líder dos Tabajaras), o general, que desejava ter paz com eles, e aparta-los dos petiguares (...) mandou descer todos a cerca, e por línguas travar práticas com eles, que estivessem seguros, e repreendendo-os, de fugirem, pois só buscavam os petiguares, com os quais nunca queríamos paz, mas com eles sim.(ANONIMO, 2006, p.57).

Mas não conseguiram convencer os tabajaras da primeira vez. A raiva portuguesa para com os Potiguares pode ser visto como um reflexo da incapacidade que eles tinham de manipular tal grupo nativo. Estes passam a ser vistos pelo colonizador como o *pior gentio* dessa terra, restando apenas duas opções; extermínio ou escravidão. Com os potiguares “nunca queríamos paz”. A tática portuguesa de “dividir para conquistar” não dava certo com os potiguares:

E por aqui lhes urdem os portugueses muitas brigas, com que se desavêm umas nações com as outras, com qual ardil o entramos e desbaratamos...que, todos juntos, nunca ninguém poderá com eles, nem domará.

Este ardil nos não vai com os petiguares, que, sendo o maior e mais guerreiro gentio do Brasil, que ocupa do Paraíba ate o Maranhão (600 lég.), tão unidos e conformes estão uns com os outros (...) (idem, ibidem, p.24).

Não podendo domá-los de forma alguma a saída lusitana foi se livrar da “ameaça” potiguara. Para isso utilizou seu “ardil” com os Tabajaras:

... os petiguares haviam quebrado a cabeça a alguns tabajares, dizendo que eram manemos, que quer dizer fracos, e que os não haviam defendido de nós como lhes tinham prometido (então os tabajaras abandonam a região) se soube ir muito longe já o Braço-de-Peixe com os seus, e os petiguares se andarem juntando para lhe irem dar nas costas (os portugueses encontram a brecha que precisavam para atrair a confiança dos tabajaras, é interessante para os portugueses...) avisar por alguma via Braço-de-Peixe, que lhe daríamos socorro contra os petiguares, e que se não tornasse à serra, e outros mimos e perdoes de todo passado.(idem, ibidem, p.64).

Com o auxilio dos tabajaras a coroa portuguesa realiza sua tão desejada conquista da Paraíba. Tendo sido eliminada da região do Rio Paraíba a ameaça Potiguara e tendo os Tabajaras sob controle, é dado inicio a chamada “limpeza de terreno” (ALMEIDA, 1978, p.83). Toda ameaça deveria ser eliminada, os nativos que resistissem ao domínio lusitano deviam ser exterminados.

Sendo assim, os grupos nativos que se aliaram aos portugueses, e os que foram escravizados, representaram a principal forma de mão-de-obra para a construção da cidade de Nossa Senhora das Neves, atual João Pessoa. Em menos de um século de presença portuguesa no Brasil, os grupos nativos que habitavam o litoral foram praticamente exterminados. Tempos depois, com o despertar dos interesses lusitano pelo “sertão”, os grupos do interior, os “Tapuias”, considerados até então como os *gentios mais domésticos do Brasil*, se tornaram os bárbaros, que, somente com a chamada *guerra justa* os portugueses conseguirão vencê-los.

Estas visões, percepções, em fim, estas representações sociais construídas pelo discurso português ao longo das suas primeiras décadas de contato com o Brasil, seja ele religioso ou colonizador, produziram praticas sociais em termos de dominação, escravidão e extermínio. Legitimando o poder lusitano na Colônia, estas sociedades foram desapropriadas de seu universo cultural e enquadradas no discurso eurocêntrico religioso, disciplinador e civilizador dos conquistadores. Tais representações, construídas historicamente a partir de um lugar, de um contexto e de uma gama de interesses e valores dos grupos que as forjaram,

perpassam sua época e chegam até aos dias de hoje¹⁰. Precisamos olhar para o período colonial brasileiro despidos de uma visão pautada num eurocêntrismo perigoso, e acabar como Las Casas, construindo para o nativo uma nova representação alheia ao seu próprio universo cultural e mental.

Referências bibliográficas

ANÔNIMO. **História da Conquista da Paraíba**. Brasília: Senado Federal/Conselho Editorial, 2006.

ALMEIDA, Horácio de. **História da Paraíba** - vol. I. João Pessoa: Editora Universitária/UFPB, 1978.

CHARTIER, Roger. **A História Cultural**: entre práticas e representações. [S.I.]. Memória e Sociedade, 1990.

GIUCCI, Guillermo Francisco. **A visão inaugural do Brasil**: A terra de Vera Cruz. IN: Revista Brasileira de História - Órgão da Associação Nacional dos Professores de História. São Paulo. ANPUH/Marco zero, vol. 11 nº21. Setembro 90/ Fevereiro 91. p 45-64

GONÇALVES, Regina Célia. **Guerras e açucares**; política e economia na capitania da Paraíba, 1585-1630. Bauru, SP: EDUSC, 2007.

GURJÃO, Eliete de Queiroz. LIMA, Damião de. (org.) **Estudando a História da Paraíba**. 3ªed. Campina Grande: EDUEP, 2004.

MAESTRI, Mario. **Uma história do Brasil**: Colônia. São Paulo: Contexto, 1997.

¹⁰ O estudo acerca da reprodução destas representações no mundo contemporâneo encontrasse em processo de pesquisa e constará no terceiro capítulo do meu trabalho monográfico, apontando a forma como os nativos passaram a ser descritos pela historiografia e outros meios de comunicação, reproduzindo (ou não) para sociedade determinadas representações.

MESGRAVIS, Laima. **O Brasil dos Séculos XVI e XVII**. São Paulo: Contexto, 1989.

SCHWARTZ, Stuart; LOCKHART, James. **A América Latina na Época Colonial**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

SILVEIRA, Rosa Maria Godoy da. **Poder e Política na Paraíba: Colônia e império**. IN: **Estrutura de poder na Paraíba**. João Pessoa: ed. universitária/UEPB, 1999, p19-51.

SOUZA, Laura de Mello e. **O Diabo na terra de Santa Cruz: feitiçaria e religiosidade popular no Brasil colônia**. São Paulo: Cia. Das letras, 1986.

TODOROV, Tzvetan. **A conquista da América: A questão do outro**. Tradução de Beatriz Perrone Moises. 3ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 2003.